

## O PROCESSO DE TRABALHO E A PRODUÇÃO DE MAIS-VALIA, SEGUNDO MARX

**RESUMO:** Sob o modo de produção capitalista, a produção da vida se dá sob certas condições específicas que o caracterizam desde sua fundação e que não sofreram grande modificação, mesmo com sua evolução e desenvolvimento histórico no decorrer dos anos. Dentre essas características está o fato de que os donos dos meios de produção — os patrões — se apropriam do excedente produzido pela classe trabalhadora — os funcionários. Essa apropriação do excedente produzido pelos trabalhadores denomina-se “exploração do trabalho alheio” e é por meio dessa exploração que se dá o enriquecimento da classe burguesa. Para compreensão do *modus operandi* desse processo de apropriação do trabalho alheio, com Marx a presente pesquisa bibliográfica partirá da compreensão das mercadorias como forma elementar da riqueza das sociedades para, em seguida, esmiuçar o processo de trabalho, abordando cada uma das fases desse processo, explorando os significados de termos importantes, como objeto de trabalho, meios de trabalho, meios de produção, força de trabalho e capital. Também trabalhará com as noções de valor de uso, valor de troca e valor para compreensão do todo do processo de produção. Deter-se-á, sobretudo, na fase de produção do excedente, visando a compreender o modo como ocorre a apropriação da mais-valia, portanto da exploração do trabalho alheio, por parte dos donos dos meios de produção.

**PALAVRAS CHAVE:** Trabalho, Capitalismo, Mais-valia.

A sociedade capitalista se caracteriza, dentre outras coisas, pelo fato de que os donos dos meios de produção se apropriam do trabalho excedente — a mais-valia — dos proprietários da força de trabalho. Essa apropriação — exploração do trabalho alheio — ocorre graças à produção de excedente por parte dos trabalhadores que é expropriado e assimilado pelo patrão — o capitalista. “Sem a produção do excedente por uns, não é possível sua apropriação por outros.” (PARO, 1988, p. 35) Para entender bem como isso ocorre, analisaremos alguns trechos do livro de Marx, “O capital: Crítica da Economia Política”, procurando desvendar o modo como ocorre a exploração da classe trabalhadora pela classe burguesa por meio da produção da mais-valia.

A produção da mais-valia ocorre no processo de produção de mercadorias e Karl Marx inicia sua obra “O capital” afirmando que “a riqueza das sociedades organizadas pelo modo de produção capitalista aparece como uma coleção de mercadorias, e a mercadoria individual como sua forma elementar.” (MARX, 1983, p. 45) Partindo dessa premissa, o autor elabora toda uma análise acerca das mercadorias.

Marx explica que a mercadoria é algo externo que pelas suas características atende as precisões humanas, sejam elas quais forem não importando se vêm “do estômago ou da fantasia”. (MARX, 1983, p. 45) Não interessa, também, se essa coisa a que chama mercadoria atende a necessidade dos homens como meio de subsistência, ou seja, como objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção de outras coisas em que se incorpora durante o processo de produção. Cada uma dessas mercadorias tem sua serventia, que advém do conjunto de suas características, podendo ser útil sob diferentes aspectos. “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso”, dirá Marx (1983, p. 45), afirmando que o valor de uso se cumpre somente no uso ou no consumo da mercadoria. “Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta” (MARX, 1983, p. 46), e no mundo capitalista esses valores de uso conformam os hospedeiros materiais do valor de troca. Para se determinar o valor de uso de uma mercadoria, basta responder a questão: “Para que serve essa mercadoria?”

Já o valor de troca representa a relação quantitativa que determina a proporção na qual diferentes valores de uso podem ser trocados. Tem a ver, portanto, com a relação de troca que se estabelece quantitativamente entre mercadorias diferentes. Quanto da mercadoria A se troca pela mercadoria B? A resposta a essa questão determina o valor de troca da mercadoria A em sua relação com a mercadoria B e vice-versa. Como uma determinada mercadoria A pode ser trocada por uma gama de outras mercadorias B, C, D etc., depreende-se que a mercadoria A possui inúmeros valores de troca e não somente um único. Segundo Vitor Paro,

Diferentemente do valor de uso, que é a manifestação de uma relação entre homem e coisa, entre consumidor e objeto de consumo, o valor de troca advém da relação entre pessoas, revelando-se na troca entre bens de diferentes utilidades. O valor de troca só se revela, portanto, quando, na relação de troca, contrapõem-se mercadorias de valores de uso diversos. (PARO, 1988, p. 37)

Os diferentes valores de troca de uma mesma mercadoria propagam algo igual, porém expressando uma relação que a difere de cada outra mercadoria a que se compare. Note-se que para se poder comparar duas mercadorias diferentes é necessário identificar-se algo que ambas tenham em comum. Marx assevera:

Tomemos ainda duas mercadorias, por exemplo trigo e ferro. Qualquer que seja sua relação de troca, poder-se-á, sempre, representá-la por uma equação em que dada quantidade de trigo é igualada a alguma quantidade de ferro, por exemplo, 1 *quarter* de trigo = *a* quintais de ferro. Que diz essa equação? Que algo em comum da mesma grandeza existe em duas coisas diferentes, em 1 *quarter* de trigo e igualmente em *a* quintais de ferro. (MARX, 1983, p. 46)

Ambas se igualam a uma terceira que não é nem a primeira nem a segunda mercadoria. Devem, portanto, ser consideradas redutíveis, enquanto valor de troca, a essa terceira. (cf. MARX, 1983, p. 46) É preciso reduzir-se os valores de troca das diferentes mercadorias a algo comum que esteja contido em cada uma delas, seja em maior ou menor quantidade para se poder compará-las. Os valores de uso contidos nas diferentes mercadorias possuem valor de troca igual, desde que estejam disponíveis em proporção adequada, apesar de serem absolutamente diferentes.

Desde o ponto de vista de sua utilidade, as mercadorias possuem o valor de uso de diferente qualidade, já do ponto de vista do valor de troca, só podem estar presentes em quantidade diferente.

“Deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho.” (MARX, 1983, p. 47) E o trabalho do qual são produtos quaisquer valores de uso independe de suas características específicas enquanto trabalho. Trata-se do trabalho humano abstrato, que pode ser encontrado no feitiço de qualquer mercadoria, seja ela do tipo que for. Resta nos valores de uso o dispêndio de força de trabalho humano, independentemente de como tenha sido despendido. “O que essas coisas ainda representam é apenas que em sua produção foi consumida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano. Como cristalizações dessa substância social comum a todas elas, são elas valores — valores mercantis.” (MARX, 1983, p. 47)

O que há de comum entre todas as mercadorias, que se expõe na relação de troca ou valor de troca da mercadoria, é, portanto, seu valor. O valor de troca é a forma de manifestação do valor. Uma mercadoria — ou um valor de uso qualquer produzido pelo homem — possui valor porque nela se materializa trabalho humano abstrato. A forma de medir o valor de uma mercadoria é determinar a quantidade de trabalho humano despendida para sua feitura. O trabalho humano é a "substância constituidora de valor" (MARX, 1983, p. 47). A quantidade de trabalho presente num dado valor de uso é determinada por seu tempo de duração. Essa duração é medida não pela atuação de um único indivíduo, mas pela média do tempo despendido socialmente para produção da mercadoria. Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele que se necessita para produzir um valor de uso qualquer, em condições normais de produção "e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho" (MARX, 1983, p. 48).

O valor de uma mercadoria manter-se-ia constante se o tempo de trabalho necessário para produzi-la também permanecesse constante. Entretanto, na medida em que ocorrem mudanças na força produtiva do trabalho, vai variando o tempo de trabalho necessário para produção das mercadorias. Essas mudanças ocorrem de acordo com as variabilidades que ocorrem em diferentes circunstâncias, "entre outras, pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais." (MARX, 1983, p. 48) Em outras palavras, as mudanças nas forças produtivas podem ocorrer, por exemplo, quando se investe no maquinário necessário para a produção de dada mercadoria, fazendo-se que diminua o tempo necessário para sua produção. Podem acontecer, também, quando se treina com maior eficácia os trabalhadores que se dedicarão a produzir a dita mercadoria etc.

Em geral, quanto maior for a quantidade de força de trabalho despendida na produção de um valor de uso, menor o tempo de trabalho exigido para a produção do valor de uso, portanto menor o seu valor e vice-versa.

Um valor de uso pode não ser um valor. É assim quando sua utilidade não é determinada a partir do trabalho, como por exemplo o ar, o solo virgem, as matas não cultivadas etc. Da mesma forma, um valor de uso pode ser fruto do trabalho humano sem ser mercadoria. É o caso dos produtos que satisfazem a própria necessidade do produtor, como por exemplo, algo que se faz para o próprio consumo, como um bolo para se comer com café, o próprio café, um banco de madeira que se fabrica para o próprio uso etc.

Por fim, nada pode ser valor sem que seja, também, valor de uso. Se algo for inútil, também o trabalho ali contido será inútil não constituindo, pois, qualquer valor.

A utilidade de cada mercadoria leva em si uma determinada atividade produtiva adequada a um fim, a que chamamos trabalho útil. "O trabalho cuja utilidade representa-se, assim, no valor de uso de seu produto ou no fato de que seu produto é um valor de uso a que chamamos, em resumo, trabalho útil." (MARX, 1983, p. 50) Valores de uso não se podem comparar como mercadorias se não contiverem trabalhos úteis qualitativamente diferentes, já que é no desenvolvimento do trabalho útil que produz cada mercadoria que se determina seu valor.

Trabalho mais complexo e elaborado vale tanto quanto trabalho simples potenciado, de modo que uma pequena quantidade de trabalho mais complexo vale o mesmo que uma grande quantidade de trabalho mais simples. É por isso que se pode trocar mercadorias tão distintas quanto anéis de pedras lapidadas por bancos rudimentares de madeira. Afinal, independente da complexidade necessária para produção de cada uma dessas mercadorias, ambas necessitaram da execução de trabalho para poderem ser produzidas.

Como a distinção do valor de uma mercadoria representa apenas a quantidade de trabalho nela despendido, mercadorias devem, dentro de determinadas proporções, ser sempre valores da mesma grandeza, a saber, trabalho simples.

Mantendo-se inalterada a força produtiva de todos os trabalhos úteis precisos para a produção de uma dada mercadoria, o valor da mercadoria aumenta com sua própria quantidade. Se a mercadoria é fruto de uma certa quantia de dias de trabalho, duas mercadorias representam o dobro do valor e assim por diante. Entretanto, se o trabalho necessário para a produção da mercadoria subir para o dobro do tempo necessário ou diminuir para a metade do tempo, o valor da mercadoria, no primeiro caso, alterar-se-á para o dobro do valor da mesma e, no segundo caso cairá para a metade. Ou seja, ainda que uma dada mercadoria apresente e mantenha as mesmíssimas qualidades e utilidades, seu valor mudará de acordo com a variação do tempo necessário para sua produção.

Agora examinemos com maior vagar o processo de trabalho em suas múltiplas especificações.

Como já vimos, trabalho útil pode ser definido como “atividade produtiva adequada a um fim” (MARX, 1983, p. 50). Como gerador de valores de uso, o trabalho é condição de existência do homem, e isso independe da forma de sociedade a que estejamos nos referindo. Para Marx:

Abstraído-se da determinação da atividade produtiva e, portanto, do caráter útil do trabalho, resta apenas que ele é um dispêndio de força humana de trabalho. Alfaiataria e tecelagem, apesar de serem atividades produtivas qualitativamente diferentes, são ambas dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos, e nesse sentido são ambas trabalho humano. São apenas duas formas diferentes de despender força humana de trabalho. (MARX, 1983, p. 51)

O trabalho é um processo que se dá na relação entre os seres humanos e a Natureza, de modo que eles mediam, adéquam, controlam seu metabolismo com a

Natureza. Para que isso ocorra, os seres humanos colocam-se em atividade física e mental, ativando suas próprias forças naturais — mãos, braços, pernas e cabeça — para atuar sobre a Natureza, e, ao modificá-la, modificam sua própria natureza. A atividade humana aqui descrita pressupõe o trabalho como atividade exclusivamente humana, uma vez que apenas os humanos são capazes de estabelecer uma finalidade para o desenvolvimento de suas atividades e adequar modos de realização racionais para essas atividades.

Para que se realize trabalho, é necessário que estejam presentes no processo três componentes, a saber: objeto de trabalho, meios de trabalho e força de trabalho. Apenas na relação entre esses três elementos é que se realiza o processo de trabalho, seja ele qual for. Para melhor compreensão desse processo, vejamos no que se constitui cada um desses elementos.

Objeto de trabalho é aquilo que sofre transformação no decorrer do processo de trabalho. Para Marx identificam-se basicamente dois tipos de objetos de trabalho. “A terra (que do ponto de vista econômico inclui também a água), [...] é encontrada sem contribuição [do homem], como objeto geral do trabalho humano. Todas as coisas que o trabalho só desprende de sua conexão direta com o conjunto da terra, são objetos de trabalho preexistentes por natureza.” (MARX, 1983, p. 150) Partindo dessa premissa, pode-se entender que tudo que existe na Natureza, quando submetido a transformação por meio da atividade humana a que denominamos trabalho, é objeto de trabalho. Entretanto, se “o próprio objeto de trabalho já é, por assim dizer, filtrado por meio de trabalho anterior, denominamo-lo matéria-prima. [...] Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima.”(MARX, 1983, p. 150) Ou seja, aquilo que já existia como objeto de trabalho na Natureza, mas que já sofreu ação humana, transformando-se em outra coisa, é o que chamamos matéria prima. Por exemplo, uma árvore, fruto da ação da própria Natureza pode ser um objeto de trabalho. Já a madeira derivada do manejo dessa mesma árvore, depois de passar pelo processo de serragem e planura, torna-se outro tipo de objeto de trabalho a que Marx chama de matéria-prima.

Para exemplificar o que seja o objeto de trabalho, imagine-se um banquinho de madeira bem simples. Neste caso o que sofre transformação no decorrer do processo de trabalho é, basicamente, a madeira e os pregos. Então, os objetos de trabalho, aqui, devem ser identificados como madeira e pregos e são o que Marx denomina como sendo matéria-prima, pois já sofreram ação humana quando saíram da Natureza.

Meio de trabalho é aquilo que se coloca ente o trabalhador e o objeto de trabalho para modificá-lo. O trabalhador "utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas para fazê-las atuar como meios de poder sobre outras coisas, conforme o seu objetivo." (MARX, 1983, p. 150)

Ainda tomando como exemplo o banquinho de madeira bem simples, os meios de trabalho, aqui, são martelo, serrote, bancada de trabalho e oficina — ou ambiente — onde se produziu o banquinho.

Levando-se em conta o processo de trabalho como um todo, meio e objeto de trabalho apresentam-se como meios de produção<sup>1</sup>. Como explica Vitor Henrique Paro, "são meios de produção, portanto, todos os elementos que, direta ou indiretamente, participam do processo de produção." (PARO, 1988, p. 21) Outro nome que recebem os meios de produção é capital. Ou seja, meios de produção = capital.

No caso do banquinho, meios de produção seriam a madeira, os pregos, o martelo, o serrote, a bancada e a oficina onde o banquinho foi produzido.

Frise-se que no processo de trabalho, por intermédio do meio de trabalho, o homem realiza uma transformação do objeto de trabalho, conforme seu objetivo inicial. O valor de uso aqui gerado é o produto desse processo que, tanto pode ser utilizado pelo homem para satisfação de suas necessidades diretas, como pode ser inserido como meio de trabalho na produção de outro valor de uso.

Finalmente convenhamos que a mera junção de objeto de trabalho com meio de trabalho não produz coisa alguma. Se alguém trancar dentro de uma oficina objetos de trabalho juntamente com meios de trabalho, o trabalho não se realiza. É necessário que se aplique a força humana aos meios de produção para que o trabalho se realize e a produção ocorra. Essa força do trabalhador, energia humana despendida no processo de trabalho por meio de suas mãos, braços, pernas e cérebro é o que chamamos de força de trabalho.

O processo de trabalho, como apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as formas sociais. (MARX, 1988, p. 153)

O processo de trabalho é, por assim dizer, um processo de consumo. O capitalista — proprietário dos meios de produção —, além de consumir a força de trabalho que comprou, faz o trabalhador consumir os meios de produção através de seu trabalho. Esse processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista escancara dois fenômenos característicos.

Primeiro: o trabalhador trabalha controlado pelo capitalista, que é o dono de seu trabalho pois o comprou e paga por ele por meio do salário pago ao trabalhador. O capitalista administra o processo de trabalho para que o trabalhador realize seu trabalho em ordem e para que os meios de produção sejam bem utilizados, com a máxima racionalidade, de acordo com sua finalidade. Evita que seja desperdiçado objeto de trabalho e garante que o meio de trabalho seja preservado.

Segundo: O produto do trabalho é propriedade do capitalista e não de seu produtor direto — o trabalhador. “O capitalista, mediante a compra da força de trabalho, incorporou o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertencem igualmente.” (MARX, 1988, p. 154) Para o capitalista, o processo de trabalho consiste apenas no consumo da força de trabalho, adquirida como mercadoria, que só pode ser consumida por meio do uso dos meios de produção. Para o capitalista, o processo de trabalho é um mero processo entre coisas que ele comprou, sejam elas os meios de produção ou a força de trabalho.

A compra e venda da força de trabalho ocorre em função de haver trabalhadores livres, donos de sua própria força de trabalho e dispostos a vendê-la. Carentes de meios de produção, necessitados de utilizar sua força de trabalho, só resta negociá-la com os proprietários dos meios de produção.

Na troca de mercadorias o produtor busca diferentes valores de uso para intercambiar com sua produção. Sendo assim, a negociação se realiza de modo que o produtor troca sua mercadoria por dinheiro, para em seguida trocar o dinheiro pela outra mercadoria. Como explica Vitor Paro, “a operação pode ser expressa simbolicamente pela fórmula M-D-M, mercadoria-dinheiro-mercadoria. Começa e termina com M (mercadoria); mas encontra sua razão de ser na diferença entre os valores de uso na mercadoria que inicia e da que encerra a operação.” (PARO, 1988, p. 42) Quando do modo de produção capitalista, a operação se dá de maneira diferente, iniciando-se com D (dinheiro) que é utilizado para pagar pelos meios de produção e pela força de trabalho

que produzem mercadorias (M) que são vendidas em troca de dinheiro (D) novamente. Aqui, a operação se inicia e finaliza por dinheiro (D). Neste caso, a motivação para a operação de troca já não é mais os valores de uso de mercadorias, mas as quantidades de dinheiro (D) antes e depois da troca. “Ao empregar seu dinheiro, o capitalista não tinha por intenção obter, após o processo de produção, a mesma quantidade de dinheiro. Seu objetivo era obter um valor superior àquele que ele empregou. A expressão correta deve ser, pois, D-M-D’, sendo D’ maior que D.” (PARO, 1988 p. 42)

Vejamos como se dá esse processo de troca em que as mercadorias negociadas ganham mais valor do que a soma de seus valores iniciais. O dono dos meios de produção, como dissemos acima, compra os meios de produção e a força de trabalho — que são mercadorias — por uma certa quantidade de dinheiro. No processo de produção de suas mercadorias, pois, o dono dos meios de produção utiliza exatamente os meios de produção mais a força de trabalho que comprou. É durante o processo de produção de mercadorias que a utilização da força de trabalho produz valor, pois que os meios de produção apenas sofrem transformação durante esse processo, transformando-se nas novas mercadorias que serão trocadas por dinheiro no mercado. “Enquanto que, com a utilização dos meios de produção, o capitalista consegue apenas ver transferida a mesma magnitude de valor para o novo produto, a utilização da força de trabalho, a realização de seu valor de uso, ou seja, o trabalho do trabalhador é criador de valor.” (PARO, 1988, p. 43) Seu trabalho gera maior valor do que o que foi pago pelo dono dos meios de produção.

Durante a jornada de trabalho, o trabalhador produz mais do que o necessário para a reprodução de sua força de trabalho que é paga pelo dono dos meios de produção em forma de salário. Digamos assim: sua jornada pode ser dividida, então em duas partes. “Numa parte de seu dia de trabalho, durante o tempo de trabalho necessário, ele cria o valor equivalente ao de sua força de trabalho. [...] Mas sua jornada de trabalho não termina aí. Durante o restante da jornada de trabalho ele vai produzir um valor adicional que fica nas mãos do capitalista e que faz a diferença entre D e D’” (PARO, 1988, p. 43) A mais-valia é exatamente esse valor produzido durante a segunda parte da jornada de trabalho e é o principal objetivo do processo de produção capitalista.

O valor a mais — a mais-valia — que foi produzido fica com o dono dos meios de produção, constituindo a exploração do trabalho alheio. O capitalista paga o justo valor



pela força de trabalho, mas não recompensa todo o trabalho realizado pelo trabalhador. O salário paga apenas aquela parte da jornada de trabalho em que o trabalhador reproduziu o valor de sua força de trabalho.

Ao comprar meios de produção e força de trabalho, o capitalista tem por finalidade a valorização de seu capital. Seu objetivo último é a produção de mais-valia. Só assim ele consegue ter seu capital ampliado. Mas essa expansão do capital só se dá, como acabamos de ver, pela exploração do trabalhador. O capitalista pode, na verdade, remunerar o trabalhador um pouco acima do valor de sua força de trabalho, diminuindo com isso a parte não paga do tempo de trabalho excedente. A exploração, entretanto, continua a se dar, embora em menor proporção.

Para que não houvesse exploração do trabalhador, o dono dos meios de produção teria que pagar todo o tempo de trabalho — o necessário e o excedente. Entretanto, nesse caso, o capitalismo já não faria sentido pois não haveria como expandirem-se os meios de produção capitalista.

## REFERÊNCIAS

MARX, Karl. **O capital** — Crítica da Economia Política. V. 1, Abril Cultural, São Paulo, 1983.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 3. ed., São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.

---

<sup>i</sup> Juntamente com os meios de produção propriamente ditos, segundo Vitor Henrique Paro (1988, p. 21) “o homem faz uso também daquilo que estou denominando 'recursos conceituais', que consistem nos conhecimentos e técnicas que ele acumula historicamente”.